



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Presidência da República:

Decreto Presidencial n.º 4/99:

Extingue o Conselho Coordenador de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais e o seu órgão executivo, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais.

Decreto Presidencial n.º 5/99:

Cria o Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades, abreviadamente designado CCGC.

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 16/99:

Reconhece à Fundação Eduardo Chivambo Mondlane, a qualidade de sujeito de direito com personalidade jurídica.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 4/99

de 10 de Junho

O Decreto Presidencial n.º 44/80, de 3 de Setembro, criou o Conselho Coordenador de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais, abreviadamente designado por CCPCCN, com o objectivo de dar uma resposta rápida e eficiente a situações de calamidades naturais, orientando e coordenando os esforços dos vários órgãos do aparelho do Estado envolvidos no combate às calamidades naturais.

Como resultado do reconhecimento da necessidade de se elevar e reforçar o nível institucional das várias estruturas do aparelho do Estado envolvidas na prevenção e socorro a situações de calamidades, torna-se necessária a adequação institucional, face à realidade actual do nosso país.

Assim, ao abrigo no disposto na alínea c) do artigo 121 da Constituição da República, determino:

Artigo 1. São extintos o Conselho Coordenador de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais e o seu órgão executivo, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais.

Art. 2. Os recursos humanos, materiais e financeiros do Conselho Coordenador de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais passam para o órgão executivo de gestão de calamidades, a ser criado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Presidente da República, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO.

Decreto Presidencial n.º 5/99

de 10 de Junho

O perfil geo-climático do nosso país torna-o propenso e vulnerável à ocorrência periódica de calamidades provocadas por diferentes factores, donde resultam situações de emergência, afectando vidas humanas e infra-estruturas económicas e sociais.

A natureza multisectorial e pluridisciplinar das actividades de gestão de calamidades exige a adequação dos mecanismos e estruturas de coordenação, com base na experiência acumulada, de forma a melhorar a eficácia das entidades envolvidas na concepção e definição de políticas, estratégias e na realização de acções de prevenção, alívio do sofrimento humano e da reabilitação de infra-estruturas danificadas por calamidades.

Nestes termos, ao abrigo no disposto na alínea c) do artigo 121 da Constituição da República, determino:

Artigo 1. É criado o Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades, abreviadamente designado CCGC.

Art. 2. O Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades é um órgão do Conselho de Ministros que tem por objectivo coordenar as acções multisectoriais de prevenção de calamidades, socorro às vítimas e reabilitação das infra-estruturas danificadas.

Art. 3. O CCGC é constituído, nomeadamente, pelos seguintes membros:

- Primeiro-Ministro — Presidente;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação — Vice-Presidente;
- Ministro da Administração Estatal;
- Ministro da Agricultura e Pescas;
- Ministro da Coordenação da Acção Ambiental;
- Ministro da Coordenação da Acção Social;

- g) Ministro da Defesa Nacional;
- h) Ministro da Indústria, Comércio e Turismo;
- i) Ministro do Interior;
- j) Ministro das Obras Públicas e Habitação;
- k) Ministro do Plano e Finanças;
- l) Ministro da Saúde;
- m) Ministro dos Transportes e Comunicações;
- n) Representante do órgão executivo de gestão de calamidades.

Art. 4. No âmbito das tarefas que lhe são atribuídas, o Presidente do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades pode convocar representantes de outros sectores em função da agenda.

Art. 5. Na prossecução dos seus objectivos, compete ao Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades:

- a) Propor ao Governo projectos de política e estratégias de prevenção de calamidades e de mitigação dos seus efeitos;
- b) Aprovar o conteúdo de gestão de calamidades e dos programas de reconstrução e desenvolvimento pós-calamidade;
- c) Aprovar a revisão do Plano Nacional de Gestão de Calamidades;
- d) Propor ao Presidente da República a declaração da situação de emergência resultante da ocorrência de calamidades;
- e) Aprovar programas de emergência com o objectivo de socorrer as vítimas e reabilitar as infra-estruturas danificadas;
- f) Mobilizar a comunidade nacional e internacional para apoio às vítimas de calamidades e reabilitação de infra-estruturas;
- g) Propor ao Conselho de Ministros a criação de um fundo de emergência;

- h) Propor ao Conselho de Ministros a ratificação de convenções internacionais sobre as calamidades naturais e não-naturais

Art. 6. O CCGC reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano, podendo o respectivo Presidente convocar sessões extraordinárias sempre que a situação o exigir.

Art. 7. O funcionamento permanente do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades e apoio do Secretariado é garantido pelo órgão executivo a ser criado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Presidente da República, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 16/99

de 10 de Junho

Tornando-se necessário conceder a qualidade de sujeito de direito a Fundação Eduardo Chivambo Mondlane.

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 153 da Constituição da República e do artigo 158 do Código Civil, o Conselho de Ministros determina:

Único. É reconhecida à Fundação Eduardo Chivambo Mondlane, a qualidade de sujeito de direito com personalidade jurídica.

Aprovada pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.